

O compromisso

Acesse: www.sindsepmat.org.br



VETO

Dilma declara ser contra terceirização da atividade-fim

Página 3

MP 664

Relator reduz prazo mínimo de contribuição para pensão por morte

Página 4

REFORMA JÁ

É preciso reagir à pauta reacionária do Congresso

As pautas estão sendo desgastadas e votadas, às pressas, sem nenhuma discussão com a sociedade.

Página 2



PL 4330

Terceirização é um retrocesso

Sob pressão de entidades, Câmara dos Deputados aprova projeto que causará sérios problemas para a classe trabalhadora.

A polêmica da terceirização está sendo pauta das manifestações dos Servidores Público Federal em todo o país. Nas redes sociais, trabalhadores estão se organizando em uma forte campanha para que o Projeto de Lei 4330, de autoria do deputado Arthur Maia (SD-BA), que autoriza a terceirização em todas as atividades de uma empresa privada no serviço público seja vetado pela presidente Dilma. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados e já tramita no Senado.

O projeto é visto pela grande maioria como um retrocesso para a classe trabalhadora. Defensores temem que, se aprovado, causará sérios problemas para a sociedade. O medo é que os 40 milhões de trabalhadores percam seus direitos por possuírem vínculos com tais empresas terceirizadas. No Brasil há hoje cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados, que ganham em média 25% a menos que trabalhadores em regime CLT, segundo o estudo Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha, divulgado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no começo de abril.

A proposta está sendo discutida entre as entidades e alguns parlamentares para que haja um debate específico sobre o tema e um diálogo com a população para que seja abordado de forma correta e ampla entre sociedade civil e Governo. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal em 16 de abril desse ano autorizou a execução de serviços sociais apenas considerados essenciais por meio de convênios com Organizações Sociais e tem causado polêmica. O fato é que a terceirização existe e o projeto se torna inviável, visto que não irá mudar a obrigatoriedade de cumprimento das questões trabalhistas. O que pode acontecer é a precarização do trabalho, com a redução de salários dos funcionários.

A Condsef, em defesa dos trabalhadores, luta pela realização de concursos e o fim das terceirizações. A contratação de novos agentes públicos é item prioritário nas pautas de reivindicações da maioria dos servidores. Em Mato Grosso, a CUT/MT juntamente com movimentos sociais organizaram um ato de protesto contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) durante visita a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado no ultimo dia 24 de abril, quando o parlamentar veio à Capital participar de uma sessão da Câmara Itinerante. A segurança foi reforçada e impediu que os manifestantes entrassem no plenário. Cartazes e faixas exaltavam o repúdio das entidades contra o presidente, em relação ao financiamento empresarial de campanhas eleitorais, redução de maioria penal e principalmente, a terceirização do serviço público.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, o projeto visa desregular a legislação trabalhista brasileira. Segundo ele, com a aprovação do projeto os 40 milhões de trabalhadores correrão o risco de perder seus direitos já adquiridos arduamente pelos brasileiros ao longo dos anos.

Tramitação - O PL 4.330/04 aprovado na última

Foto: Roberto Parizotti



Protestos por todo país contra a terceirização. A luta continua!

quarta-feira (22) pela Câmara dos Deputados já está no Senado Federal. Na Casa revisora, o projeto vai tramitar como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15. O presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

tem expressado críticas públicas à proposição que, pelo texto aprovado na Câmara, amplia a terceirização para as atividades-fim das empresas.

O projeto entrou no sistema do Senado nesta quarta-feira (28/04). Vai iniciar a tramitação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), passando depois pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

No dia 14 de maio, a CDH também promoverá, no auditório Petrônio Portela, audiência pública sobre a terceirização. Provavelmente, o PLC 30 irá tramitar em conjunto com o PLS 87/10, que versa sobre o mesmo assunto, e está sob a relatoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), na CCJ. Se houver decisão nessa direção, Jucá também será o relator do PLC 30.

A categoria continua relutante e não abrirá mão das manifestações de protestos contra as decisões impostas contra a sofrida classe trabalhadora. A Condsef entende que o tratamento dado aos trabalhadores é injusto e continuará unindo suas forças junto aos seus aliados em defesa da classe. (Veja mais na página 3)



Sindsep participa ativamente da plenária nacional da Condsef



O Sindsep-MT participou da plenária nacional da Condsef, em Brasília, entre os dias 7 a 9 do mês passado, com cerca de 50 filiados, juntamente com diversas categorias dos Três Poderes. No último dia houve marcha até o Palácio do Planalto e um encontro com representantes do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto, quando anexaram as propostas centrais que compõem a pauta de reivindicações da campanha salarial unificada dos federais. A expectativa dos servidores é de que este processo avance em direção ao alcance de consensos que possibilitem o atendimento das pautas mais urgentes apresentadas. A plenária nacional aprovou também o calendário de mobilização que inclui indicativo de greve para 1ª quinzena de junho. Fiquemos atentos!

REFORMA POLÍTICA JÁ!

É preciso reagir à pauta reacionária do Congresso

As pautas mais retrógradas estão sendo desengavetadas e votadas, às pressas, sem nenhuma discussão com a sociedade.

Desde o resultado das urnas, em outubro do ano passado, já havia ficado claro o perfil reacionário e conservador do recém-eleito Congresso Nacional. Passado seis meses do pleito e apenas três do início da atual legislatura, o retrocesso que se vê no Brasil supera qualquer expectativa. Ninguém imaginava que a guinada à direita seria tão imediata e de forma tão avassaladora. As pautas mais retrógradas estão sendo desengavetadas e votadas, às pressas, sem nenhuma discussão com a sociedade.

Esse pacote de maldade está recheado de projetos que, caso entrem em vigor, vão representar um atraso incalculável no campo social. Só para citar alguns exemplos, a aprovação na Câmara do PL 4330/04 - que regulamenta a terceirização em todos os níveis - e da PEC 171/93 - que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos - violam direitos humanos e vão de encontro a uma pauta progressista.

Como se não bastasse, os deputados aprovaram em plenário, no dia 28 de

abril, terça-feira passada, o PL 4148/08, que acaba com a obrigatoriedade, nos rótulos dos produtos geneticamente modificados, da informação de que ele é transgênico. O PL atende ao interesse do agronegócio, assim como a terceirização beneficia empresários. Os senadores também estão dando respostas a seus financiadores de campanha. No dia 15 de abril, votaram uma medida provisória que determina a anistia de R\$ 2 bilhões aos planos de saúde.

A quem interessa aprovar esses projetos no Congresso Nacional? Ao povo brasileiro é que não é. Interessa ao poder econômico que financia campanhas eleitorais milionárias. É preciso dar um basta nisso. Ou reagimos ou seremos encurralados por deputados e senadores que têm compromisso apenas com seus doadores. A reforma política urge. Urgente também é a necessidade de ocupar as ruas e reverter esse quadro de retrocesso que se desenha a partir da pauta reacionária do Congresso Nacional. (Por Condsef)

“Não vamos aceitar a imposição da culpa pela crise”

Finalmente a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) conseguiu debater a pauta de reivindicações específicas dos Servidores Públicos Federais com a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento. O encontro serviu para discutir mudanças na avaliação de desempenho para aposentadoria e tratar da equiparação salarial. Planos de cargos e carreiras e previdência social também foram discutidos no encontro. A SRT concordou em se reunir novamente no dia 20 de maio para apresentar outras demandas e garantiu que outras reuniões deverão ocorrer no intervalo de 15 dias.

A Lei 12.277/10, que trata da equiparação salarial deve ser corrigida e a SRT demonstrou interesse em debater o assunto durante o encontro. O objetivo principal é corrigir as distorções existentes na folha de pagamento dos servidores. Pela primeira vez a avaliação da Condsef sobre a primeira reunião com o governo foi positiva. A SRT mostrou disposição para o diálogo com as entidades e classe trabalhadora. Um calendário de reuniões deve ser apresentado pela SRT para tratar das pautas específicas de outros setores da base da Condsef. Outros temas devem ser con-

siderados também nessa discussão como dívida pública e corrupção, que em 2014 a sonegação ultrapassou R\$ 500 bilhões, que deveria ter sido investidos em serviços públicos de qualidade para a população.

SRT - Entre 2010 e 2012 não houve reajustes por parte da presidente Dilma Rousseff. Somente após uma greve geral dos servidores, em agosto de 2012, é que o teve um reajuste de 15,8%, após forte pressão da classe trabalhadora. De lá pra cá a inflação tem aumentado significativamente e o salário dos servidores não tem acompanhado essa alteração. A Confederação, em defesa dos trabalhadores acredita que esse é o momento de reforçar a luta para que a categoria consiga importantes avanços nas negociações com o Governo Federal. Na avaliação do secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva, “é preciso dar uma resposta efetiva ao governo de que não vamos aceitar a imposição da culpa pela crise que não criamos e estamos lutando para combater”. Resta aos servidores aguardar e torcer para que esses debates sejam de fato organizados para que as discussões chegam até a população e que a categoria possa conquistar avanços nas suas reivindicações.

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN. SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRT; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN. SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINEZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN. SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN. SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRT; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC.
SUPLENTE DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN. SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN. SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN. SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMÓN - MIN. SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN. SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB
SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN. SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN. SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN. SAÚDE

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR



O presidente da CUT nacional, Vagner Freitas, considerou positiva a declaração firme de Dilma Rousseff

RESPEITO TRABALHISTA

Presidente declara ser contra terceirização da atividade-fim

No encontro com sindicalistas, Dilma afirmou que é preciso manter a diferenciação entre atividade-fim e atividade-meio nos mais diversos ramos da atividade econômica

No último dia do mês de abril(30), em encontro com o presidente da CUT, Vagner Freitas e outros sindicalistas, a presidenta Dilma Rousseff (PT), anunciou sua posição em relação ao PL 4330. A petista atendeu a reivindicação dos trabalhadores e afirmou ser contrária a terceirização da atividade-fim nas empresas no País.

"A regulamentação do trabalho terceirizado, do nosso ponto de vista, precisa manter a diferenciação entre atividade-fim e atividade-meio nos mais diversos ramos da atividade econômica", disse Dilma.

Vagner considerou extremamente positiva a declaração firme de Dilma contra a terceirização na atividade-fim. "O posicionamento da presidenta está alinhado com a luta da CUT, CTB, Intersindical, MST, MTST, CMP e outras 21 entidades do movimento social e sindical, que desde o dia 7 de abril estão nas ruas contra o PL 4330."

A presidenta afirmou estar preocupada com a garantia de que direitos trabalhistas sejam respeitados, algo que o PL 4330 não pode assegurar. Por outro lado, Dilma pediu que trabalhadores terceirizados tenham sua relação de emprego regulamentada.

"Eu sei que é urgente e necessário regulamentar o trabalho terceirizado no Brasil para que milhões de mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, tenham proteção no emprego e garantia de salário digno", pediu a presidenta.

Criação do Fórum - Durante a reunião, Dilma atendeu uma antiga reivindicação da CUT, a criação de um espaço de diálogo sobre questões ligadas a previdência e trabalho. Por decreto, a presidenta anunciou o "Fórum de Debates de Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência."

"Esse Fórum fortalece a luta dos trabalhadores. A CUT aceita o convite para participar e desde já estamos pedindo que as MPs 664 e 665 (ver mais na página seguinte) saiam de tramitação e sejam discutidas neste espaço. A CUT é contra as duas MPs, que retiram direitos trabalhadores", declarou Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

O Fórum será formado pelas centrais sindicais, além de representantes dos aposentados

e pensionistas, empresários e do governo. O espaço estará subordinado a Secretaria-Geral da Presidência e terá seis meses para apresentar propostas para o setor à presidenta Dilma.

Dentro do Fórum, a CUT irá defender o fim do fator previdenciário, a cobertura da previdência social, o fortalecimento do trabalho e o fim da rotatividade do mercado de trabalho.

Violência no Paraná - Na abertura do encontro, Vagner Freitas lembrou a tragédia da última quarta-feira (29), no Paraná. "Eu protestei contra a ação truculenta da Polícia Militar, que cometeu uma chacina contra os professores. A Lei Maria da Penha deveria ser usada contra os policiais do Paraná, que agrediram professoras. O [Beto]Richa age da mesma forma que o Geraldo Alckmin [governador de São Paulo] e não recebe os professores para negociar", afirmou o presidente da CUT, que sugeriu que a presidenta interfira em favor dos docentes.

"Fiz uma solicitação à Dilma, que ela possa intermediar as negociações dos professores em São Paulo e no Paraná com os governos de Beto Richa e do Geraldo Alckmin, que se recusam a estabelecer o diálogo. A presidenta deu o exemplo aqui, recebendo os trabalhadores e abrindo um espaço para negociações", disse Vagner Freitas. (com CUT)

CUT anuncia: 29 de maio, Dia nacional de paralisação

"Nós temos um calendário de luta para apresentar ao povo brasileiro. Dia 29 de maio nossa mobilização vai preparar o País para uma greve geral. Será contra retirada de direitos e a agenda conservadora. Não é contra ou a favor de governo ou partido político", disse o presidente da CUT Vagner Freitas, que em seguida explicou que a data para a greve geral ainda será definida, pois depende de o PL 4330 ser aprovado ou não no Senado.

A paralisação, assim como a greve geral, é consenso entre o movimento sindical e sociais. "Nós estamos aqui, acreditando nessa unidade e vamos partir para uma greve geral se o PL 4330 for aprovado no Senado", afirmou Ricardo Saraiva, da Intersindical.

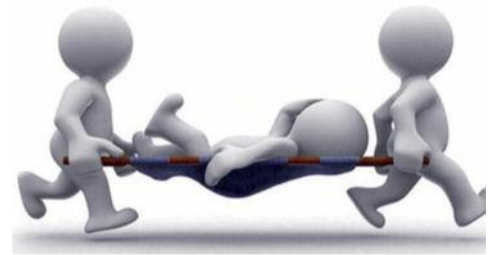


ACT 2015/2016 da Ebserh

Um dos assuntos mais questionados dentro dos Hospitais Universitários do país estão sendo discutidos entre a Condsef e a Comissão dos Trabalhadores da Ebserh. Encontros estão sendo organizados para debater o processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho da Ebserh em todos os HU's do Brasil com o objetivo de discutir as principais reivindicações dos trabalhadores dos hospitais. No dia 29 de abril foi a vez de Natal (RN) debater o tema com os trabalhadores e a estatal. Na oportunidade foram feitos apontamentos que deverão ser abordados na próxima reunião.

Dia Mundial em memória das vítimas de acidentes de trabalho

O dia 28 de abril, data em que é lembrado pelos trabalhadores como o Dia Mundial em memória das vítimas de acidente de trabalho foi de homenagem em todo o país. A Lei nº 11.121/2005 promulgada no Brasil tem sido lembrada todos os anos por entidades, sindicatos e trabalhadores, que ao longo dos anos vem sofrendo ataques por parte das empresas e também do governo. Exemplo disso é a recente aprovação do PL 4330, na Câmara dos Deputados, que amplia a terceirização no País para atividade-fim. As Medidas Provisórias como a 664 e 665/2014 têm trazido grandes prejuízos pra classe trabalhadora, com restrições de direitos e outros retrocessos. Pesquisas apontam que para cada dez acidentes de trabalho, sete são de funcionários de empresas terceirizados. É o fim dos tempos com as decisões governamentais que apontam claramente a desvalorização dos trabalhadores do nosso país.



Polícia agride professores no Paraná e gera revolta nacional

Divulgação/Joka Madruga/APP-Sindicato



Injustiça. Talvez essa é a palavra consiga descrever em parte a ação truculenta dos policiais de Curitiba durante protesto dos professores contra a terceirização e outras reivindicações da categoria, ocorrida no último dia 29, em frente à Assembleia Legislativa do Estado. Enquanto os trabalhadores manifestavam o descontentamento com as decisões do governo, muitos foram agredidos por policiais militares com o uso de gases lacrimogênicos, ataques de cachorros pitbull e balas de borracha. O resultado foi revoltante: durante o confronto, cerca de 213 manifestantes entre professores e ativistas foram lesionados, alguns socorridos por colegas, outros hospitalizados. A truculenta ação dos policiais causou revolta não só para os servidores do Paraná, mas de todos os brasileiros que se sentiram comovidos com tamanha crueldade.

Coletivo de mulheres lança campanha pelo dia Nacional da Mulher

Reforma política, ocupação dos espaços de poder por mulheres, redução da jornada de trabalho e ampliação da licença-paternidade. Estes são alguns dos eixos da campanha para o Dia Nacional da Mulher (30/4), promovida pelo Coletivo de Mulheres da Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). De acordo com a diretora da mulher da Federação, Simone Baía, a campanha tem o objetivo de afirmar uma agenda política de empoderamento feminino. "Queremos conquistar corações e mentes de homens e mulheres em defesa da igualdade de oportunidades e direitos. Embora sejamos maioria da população brasileira, nós, mulheres, ainda não estamos nos espaços de poder, tanto no parlamento como no mercado de trabalho", disse. Simone ainda alerta para o atual cenário político. "Hoje, a composição do Congresso Nacional é uma das mais conservadoras e retrógradas desde a redemocratização do país. Comprendemos que a reforma política é central para a disputa de valores da sociedade e a ampliação da participação de mulheres, negros e indígenas", pontuou.



MP 664

Relator reduz prazo mínimo de contribuição para pensão por morte

Carlos Zarattini apresentou parecer na comissão mista que analisa a matéria com diversas modificações em relação ao texto do governo

A principal novidade é a redução, de 24 para 18 meses, do prazo mínimo de contribuição para que a pensão por morte seja concedida para o cônjuge ou companheiro – a Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91), alterada pela MP, não estabelecia tempo de carência. A medida também exige um tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável, que foi mantido pelo relator – outra regra que não existia na lei.

De acordo com o texto do deputado, se o segurado morrer antes de completar as 18 contribuições ou se o casamento tiver menos de dois anos, o parceiro terá direito a quatro meses de pensão. Esse dispositivo também não constava no texto original da MP.

Pedido de vista - Como houve pedido de vista coletivo, o relatório somente será votado na próxima reunião, marcada para o dia 5 de maio. Até o final da discussão, deputados e senadores podem apresentar destaques.

Além de passar pela comissão mista, a MP 664 precisa ser votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Isso tem que acontecer até 1º de junho, último dia

de vigência do texto.

A medida provisória foi editada pelo governo no final do ano passado e faz parte de um conjunto de medidas anunciadas desde então para reduzir os gastos públicos.

Cota - Outro ponto importante do relatório foi a exclusão das regras que previam uma cota familiar para o valor da pensão. Pelo texto da MP, a pensão equivale a 50% do benefício do segurado que morreu, mais 10% por dependente até o máximo de 100%.

Para Zarattini, essa regra traria pouca economia para o governo, devido ao baixo valor médio das pensões pagas pelo INSS, mas teria grande impacto na vida dos pensionistas. "Do ponto de vista dos segurados, a perda é significativa, e a redução poderá chegar a 40% do benefício", disse.

Faixas etárias - Zarattini também alterou as regras para as faixas etárias que determinam o tempo de duração da pensão. O texto da MP traz uma regra diferente, que leva em conta a expectativa de vida do cônjuge ou companheiro. Mas o relator considerou esse modelo de "difícil explicação, compreensão e previsibilidade para os beneficiários". (Fonte: Agência Câmara)

MP 665

Comissão aprova MP com novas regras para do seguro-desemprego

Abono salarial será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de trabalho de no mínimo 90 dias, e não mais 180, como queria o governo

Por 12 votos a 7, comissão mista de deputados e senadores aprovou, com alterações, a Medida Provisória do Seguro-desemprego (665/14). A polêmica MP faz parte do ajuste fiscal do governo federal, editado dia 30 de dezembro de 2014. No texto aprovado, na quarta-feira (29/04), a carência para o primeiro pedido de seguro-desemprego é de 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão. No segundo pedido, essa carência cai para 9 meses; e nos demais, para seis meses ininterruptos de trabalho.

O relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), negociou esses novos prazos com o governo, que, no texto original da MP, previa carência de 18 meses nos dois anos anteriores à demissão. Rocha também alterou a medida provisória quanto ao abono salarial, que será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de trabalho de no mínimo 90 dias, e não mais 180 dias, como queria o governo.

O valor do abono seguirá a mesma regra do décimo terceiro, ou seja, só será pago integralmente a quem trabalhar o ano inteiro. Se trabalhou só cinco meses, por exemplo, re-

ceberá apenas 5/12 do abono.

Prazos - Agora a MP será votada pelo plenário da Câmara; e depois pelo do Senado. Em seguida vai à sanção presidencial.

O prazo para o Congresso Nacional votar o texto aprovado pela comissão mista é até o dia 1º de julho. Depois desse prazo, se não votar, a MP perde validade por decurso de prazo.

Seguro-defeso - Quanto ao seguro-defeso, Paulo Rocha lembrou que o texto original da MP previa três anos para a concessão da carteira de pescador artesanal. O seu relatório dá prazo de um ano. O benefício passa a ser concedido pela Previdência Social e não mais pelo Ministério do Trabalho, o que, segundo ele, dá ao benefício a condição de seguro especial. "Com isso, corrigem-se distorções, porque haverá abatimentos em cadastros para tirar da categoria aqueles que não são pescadores".

Rocha alterou a primeira versão do relatório, para retirar do texto questões relativas a entidades (como sindicatos e colônias) dos pescadores e a tamanho de embarcação. Esses itens, segundo o relator, já fazem parte de legislações específicas. (Com Agência Câmara)



Nome	Dia
ADAO DILKIN	16
ADELIO DA SILVA JUNIOR	27
ADEMARQ GOULARTE MOURA	25
ALCEU DE CASTRO	02
ANTONIO IVERSO SAMPAIO	21
ANTONIO LAURENTINO DA SILVA	01
ANTONIO PORTELA DE BRITO	11
AURELINO DARCIANO DE ALMEIDA	11
AUREOLINO ANASTACIO DE ARRUDA	11
BENEDITO DIAS DA COSTA	16
BENEDITO JOAQUIM DA SILVA	21
BENIVALDO PATRICIO PEREIRA	14
CARLOS ALBERTO BARROS	08
CARLOS EDUARDO COELHO	04
CARLOS JOSE PADILHA DA SILVA	18
CLARINDA COSTA FONTANELI	24
CLAUDIA ARAUJO DOS SANTOS	28
CLAUDIO CAROLINO DA SILVA	24
DEISE YOKO TAKIMOTO AOKI	25
DIRCO BOCUTI	25
DIVALCIR SOARES DOS SANTOS	28
DOMINGAS TEODORA VIANA	28
EUZA MARIA ZATTAR DE ALMEIDA	04
EVANILDES FARIA LEITE	14
EVERLY ALVES	13
FATIMA AUREA SILVA MORAES	14
FERNANDO PIVETTA	02
FRANCISCO GONCALVES JUNIOR	31
GALDINO BENEDITO DE BARROS	25
GEIZA DA SILVA CONCEICAO	05
GERALDO BISPO DE SOUZA	08
GERONIMO PRAXEDES DOS SANTOS	14
GILON PERES DE SOUZA	10
GONÇALO DE OLIVEIRA SANTOS JUNIOR	25
IBERE DE FIGUEIREDO	28
IDIO NEMESIO DE BARROS NETO	30
FRANCISCO DOS SANTOS	04
ISABEL CRISTINA NOGUEIRA	17
IVANILDES PEREIRA BAUER	12
JANDIR PEREIRA JORGE	07

JOAO EVANGELISTA MOTTA	12
JOAO MALAQUIAS DE MEDEIROS	06
JOAO MALAQUIAS LISBOA	06
JORGE FREDERICO CARDOSO	27
JOSE DIAS DE MOURA	18
JOSE MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS	01
JOSE ROBERTO CALIXTO	21
JUAREZ AUGUSTO DE ARAUJO	21
JUSCELINO ETERNO DE OLIVEIRA	18
JUVENCIO MANOEL DE SANTANA	31
LIVALDO NUNES DA COSTA	24
LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO	29
LUIZ FERNANDO VIEGAS BORGES	15
MAIR ALVES RIBEIRO	12
MANOEL DOMITILLO DA COSTA	15
MANOEL FRANCISCO MENDES	01
MANOEL NOGUEIRA DE OLIVEIRA	05
MARCILIA CRUZ RAMOS DE LIMA	03
MARCIO CORREIA DE AMORIM	31
MARIA BENEDITA DA CRUZ LIMA	29
MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA SILVA	15
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FILGUEIRAS	09
MARIA DE FATIMA LIMA DE BRITO	13
MARIA DO CARMO MONTEIRO DA SILVA	31
MARIA EUNICE GOMES DE OLIVEIRA HERBER	17
MARILEI ANGELINA KISCHENER	02
MARLENE FRANCISCA DE ASSIS	18
MASCARENHAS MATOS DE CARVALHO	10
MAX ANTUNES DA SILVA	08
MAXIMO PINTO PEREIRA	29
MIRIAN MARIA BORGES VIANA	24
NELSON DA SILVA	25
NILSON MACHADO MIRANDA	28
OBJACI ALMEIDA CARVALHO	14
OCIMAR GARCIA SORRILLA	03
PEDRO DE SA MENEZES SOBRINHO	19
PEDRO RINALDO ARAUJO	29
PETRONILIO DE JESUS	31
ROSA XAVIER DA SILVA	22
ROSANA LUZIA GOMES DA COSTA	12
SEBASTIAO CABREIRAS DA SILVA	18
SINVAL BISPO DE SOUZA	27
SINVAL PEREIRA DOS SANTOS	20
VALDEMAR FRANCISCO DOS ANJOS	24
VALDEVINO PASCOAL PEREIRA	17
VALDINEY DA SILVA	25
VANDA RAMOS DE MORAES	15
VANDERLEI MIGUEL DA COSTA	19
WENDER JESUS SEVERINO	23

*Em virtude da troca de sistema, deixamos de publicar nesta edição, os órgãos pertencentes dos aniversariantes. Nossas escusas.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Litro e metro cúbico	Arma maior que o punhal	Montante das operações comerciais	Cantora de "Hello Heartache" Rumava	Alçado; levantado Filme considerado a obra-prima de Alfred Hitchcock
Software que detecta malwares e cavalos de troia				
Músculo ligado ao ritmo respiratório				
Abraça (causa política)			Local por onde o tiro saiu errado (dito)	Cobre (símbolo)
Nome da letra H		Comer, em inglês Aplicado; diligente		
			Uma das sete Pleíades (Mit.) Turvo	
Conceito-chave do Niilismo Abalo; comoção (fig.)	Iguaria feita com file-mignon			
				Sufixo que indica a função álcool
Carta Formato de arquivo gráfico		Pronome neutro da língua inglesa		(?)-book, livro publicado na internet
Documento exigido em concurso de animais				Sérgio (?), cineasta italiano
Matiza		Tipo de radiação ultravioleta Gentilha		Destinar (verba) para fim específico
Cidade chamada de Roma Brasileira pela quantidade de igrejas (SP)			Cloreto de sódio Mensageiro dos orixás	
		Faixa de rádio usada por caminhoneiros	Gênero de "Canção dos Niblungos"	
				Por (?) mais b: sem deixar dúvida
(?) de inferioridade: estudo de Adler				
Cobrar a dívida em juízo				

BANCO 2/r. 3/eat. 4/spot. 5/épico — leone — ludro. 7/alção. 9/diatragma. 24

GRANDE LANÇAMENTO
"DESAFIOS E ENIGMAS DOS TRONOS"
Nas bancas* e livrarias.
*SOMENTE BANCAS DA GRANDE SÃO PAULO.

Solução

H	V	I	N	O	E	X	E		
V	O	X	E	T	W	O	C		
O	I	D	E	V	N	I	I		
T	V	S	Z	H	O	T	O		
V	C	V	N	N	A	V			
E	R	E	I	D	E				
O	N	I	I	O	W				
T	O	V	A	I	S	S	I	W	
E	P	O	T	V	C	S	E		
O	H	O	N	V	O	V	N		
E	N	O	I	C	T	V	V	V	
C	N	I	H	E	O	V			
V	W	G	V	A	V	I	O		
S	U	B	I	A	I	N	V		
E	V	C	N						